

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 737.212 - RS
(2015/0155198-8)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : IVO SIMSEN
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS CERATO JUNIOR E OUTRO(S) - RS061818
FAUSTO DAGO OLTRAMARI MANICA - RS062075
EMBARGADO : LIBERTY SEGUROS S/A
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - RS013449
FERNÃO COSTA E OUTRO(S) - DF018283
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
VALERIA LEMES DE MEDEIROS - DF027403
JOANA RECH - RS087316
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado, ou para corrigir-lhe erro material. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das referidas deficiências.
2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

A Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Presidente

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

